

RADIOGRAFIA DA ECONOMIA BRASILEIRA ANTES DO GOVERNO BOLSONARO

Gilmar Mendes Lourenço

Estatísticas recentes revelam que as incertezas políticas e as estripulias fiscais pretéritas representam as principais barreiras enfrentadas pela economia brasileira para a superação do ciclo recessivo, acontecido entre 2014 e 2016, eliminação definitiva do ponto de inflexão produzido pela greve dos caminhoneiros, em maio de 2018, e retomada da discreta recuperação esboçada desde o segundo trimestre de 2017, em resposta, fundamentalmente, à combinação entre bônus internacional e trunfos domésticos associados à consistente queda da inflação e dos juros.

Um exame dos humores dos agentes permite verificar que os indicadores de confiança empresarial, industrial e comercial, mensurados, respectivamente, pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e Confederação Nacional da Indústria (CNI), para o mês de outubro de 2018, situam-se em níveis bastante inferiores aqueles registrados em abril-maio do corrente ano. A intenção de consumo das famílias, da Confederação Nacional do Comércio (CNC), segue tendência semelhante, ainda que mais branda.

Já a confiança do empresário do comércio e a expectativa do consumidor, levantadas pela CNC e CNI, respectivamente, denotam patamares mais elevados, o que pode imputado à queda do medo do desemprego e ampliação da satisfação com a vida, anotada entre julho e setembro, pela sondagem da CNI, e ao encolhimento do endividamento e inadimplência das famílias, constatado no mês de setembro de 2018 pela CNC. Ainda assim, o temor com o desemprego segue bastante acima da média histórica e a satisfação com a vida abaixo.

De seu turno, na cesta de indicadores correntes persistem apreensões quanto ao delineamento de um curso ascendente dos negócios. Pesquisa do Serviço Central de Proteção ao Crédito (SCPC), da Boa Vista, mostra que diminuição da inadimplência corporativa, configurada em cheques devolvidos, títulos protestados e registros de débito na base do SCPC.

Os atrasos encolheram 1,8% no terceiro trimestre de 2018, em relação ao trimestre antecedente, e 2,2%, em comparação com o mesmo período de 2017, 14,1% em nove meses, e 13,1%, em doze meses, graças à concatenação entre reação das receitas, controle da inflação e retração dos juros.

O índice de atividade econômica do Banco Central (IBC-Br), prévia do produto interno bruto (PIB), inferido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acusou expansão por três meses consecutivos, entre junho e agosto de 2018, acumulando variação de 1,3% no ano e 1,5% em doze meses.

A produção industrial, acompanhada pelo IBGE, amargou, em setembro de 2018, recuo de 1,8%, o terceiro consecutivo, implicando retração de 2,7% no intervalo julho-setembro. Entre janeiro e setembro, houve modesta expansão de 1,9%, puxada por bens de consumo duráveis (11,6%) e de capital (8,5%), reflexo da diminuição, mesmo que branda, do custo do crédito para consumo e investimento.

A aferição do desempenho em confronto com o mesmo trimestre do ano anterior oportuniza verificar flagrante e generalizada desaceleração em 2018 - com aumentos de 5,0%, entre outubro e dezembro de 2017, 2,8%, entre janeiro e março, 1,7% entre abril e junho, e 1,2% entre julho e setembro -, sendo mais intensa em bens de consumo não duráveis e semiduráveis, cuja demanda é movida prioritariamente a salários.

Apesar de contrair 16,4% em maio, o faturamento do setor industrial, com desconto da inflação, cresceu 5,4% entre janeiro e setembro, segundo da CNI. Contudo, para as demais variáveis o quadro é caracterizado por reativação tênue, com variação positiva de 0,4% no contingente empregado e nas horas trabalhadas na produção e negativa de 1,5% e 1,8% na massa de salários reais e rendimento médio real.

Em paralelo, o volume de vendas do comércio varejista, igualmente medido pelo IBGE, após exibir sinal positivo, em junho, e negativo, em julho, apresentou acentuada impulsão em agosto de 2018, contabilizando incremento de quase 7,0% no ano, ancorado em veículos, supermercados e hipermercados e material de construção, em virtude da melhora das condições de crédito e abrandamento do ainda enorme desemprego: 12,5 milhões de pessoas ou 27,3 milhões, se incluída a subutilização e o desalento, no trimestre julho-setembro, identificados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), do IBGE.

Depois de fechar quase 2,9 milhões de vagas com carteira assinada, entre 2015 e 2017, o mercado de trabalho criou 719,0 mil postos líquidos, entre janeiro e setembro de 2018, amparado em serviços, indústria de transformação, construção civil e agropecuária, conforme o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho.

Enquanto isso, o volume de serviços, responsável pela geração de mais de 60,0% do PIB, também investigado pelo IBGE, embora tenha expressado avanço em agosto, permanece esboçando comportamento instável, com queda de 0,5% no ano, motivada pelo recuo de 0,9% nos serviços prestados às famílias, ainda reproduzindo o elevado volume de desocupação da mão de obra e o encurtamento das remunerações reais, sendo este último explicado pela alteração do patamar inflacionário, depois da paralisação do transporte rodoviário de cargas, de menos 3,0% ao ano para 4,5% a.a.

Na fronteira externa, exportações e importações observaram acréscimo de 9,2% e 21,6%, respectivamente entre janeiro e setembro de 2018, em relação a idêntico período de 2017, fruto do prosseguimento da reação da economia global e da recomposição, mesmo que modesta, da absorção doméstica (consumo privado e investimento).

Porém, o nó górdio ao retorno do crescimento sustentado no país repousa no descontrole das finanças governamentais, elemento determinante da deterioração da capacidade de gasto e investimento público. O setor público brasileiro padece com déficit, dívida líquida e endividamento bruto de 7,4% do PIB, 51,2% do PIB e 77,3% do PIB, respectivamente.

Tal anomalia sinaliza que, na ausência das reformas institucionais (tributária, previdenciária, fiscal, administrativa, patrimonial, financeira e do judiciário) imprescindíveis à restauração da funcionalidade e do equilíbrio financeiro do estado brasileiro e, por extensão, à devolução da capacidade competitiva da microeconomia, a economia nacional estará irremediavelmente condenada à estagnação.

O nó górdio ao retorno do crescimento sustentado no país repousa no descontrole das finanças governamentais, elemento determinante da deterioração da capacidade de gasto e investimento público.